

**Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e  
Inclusão de Castanheira de Pera, C.R.L.**



**CERCICAPER**  
CULTIVAR INCLUSÃO

**RELATÓRIO E CONTAS 2022**

---

**CERCICAPER - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO, REABILITAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INCLUSÃO DE CASTANHEIRA DE PÊRA, CRL**

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(EUR)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	1 192 312,47 €	1 213 086,35 €
Activos intangíveis			
Investimento em Curso	5	143 220,00 €	20 070,00 €
Investimentos Financeiros	12.1	9 737,06 €	8 304,54 €
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	7	10 481,51 €	11 173,67 €
Créditos a receber	12.3	7 138,68 €	14 406,05 €
Estado e Outros Entes Públicos	12.9	20 109,00 €	15 680,87 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.2	3 192,00 €	3 012,00 €
Diferimentos	12.5	8 960,57 €	33 469,28 €
Outros ativos correntes	12.4	2 292 642,92 €	1 640 787,36 €
Caixa e depósitos bancários	12.6	109 033,99 €	105 631,68 €
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>3 796 828,20 €</b>	<b>3 065 621,80 €</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	12.7	2 500,00 €	2 500,00 €
Reservas			
Resultados Transitados	12.7	196 166,86 €	217 645,24 €
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	12.7	2 037 564,08 €	1 253 994,69 €
Resultado líquido do Período		-30 488,73 €	50 007,36 €
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>		<b>2 205 742,21 €</b>	<b>1 524 147,29 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	12.8	45 103,51 €	21 554,44 €
Estado e Outros Entes Públicos	12.9	38 106,81 €	49 703,60 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.2	1 365,00 €	885,00 €
Diferimentos	12.5	876 262,92 €	690 057,02 €
Outros passivos correntes	12.10	630 247,75 €	779 274,45 €
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1 591 085,99 €</b>	<b>1 541 474,51 €</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO</b>		<b>3 796 828,20 €</b>	<b>3 065 621,80 €</b>

O Contabilista Certificado

Assinado por: Helena Maria Conceição Ginja  
 Num. de Identificação: 11912138  
 Data: 2023.03.26 15:11:04+01'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas  
 Certificados.**  
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 81238.**



A Direção  
Suzel Panalho Santos  
Vanesa Lima Santos  
 para f. l. 13 pelo Cabal do Santos  
Diogo Miguel Nogueira Dias  
Alda Maria Henriques Martins

**CERCICAPER - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO, REABILITAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INCLUSÃO DE CASTANHEIRA DE PÊRA, CRL**

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Vendas e Serviços Prestados	8	99 977,52 €	96 982,48 €
Subsídios, doações e legados à exploração			
ISS, IP - Centros Distritais	9	971 605,77 €	931 187,89 €
Outros Subsídios	9	647 463,95 €	594 781,56 €
Doações	9	28 145,44 €	33 655,19 €
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-19 485,40 €	-24 083,25 €
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-385 631,14 €	-315 237,25 €
Gastos com o pessoal	10	-1 235 428,12 €	-1 110 242,51 €
Ajustamento de inventários			
Imparidade de dívidas a receber			
Provisões			
Provisões específicas			
Outras imparidades			
Aumentos/redução do justo valor	12.14	-388,81 €	210,18 €
Outros rendimentos	12.12	63 492,30 €	71 904,27 €
Outros gastos	12.13	-137 549,30 €	-166 669,63 €
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>32 202,21 €</b>	<b>112 488,93 €</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	5	-57 104,00 €	-59 696,29 €
<b>Resultados operacional (antes de gastos de financ. E impostos)</b>		<b>-24 901,79 €</b>	<b>52 792,64 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	6	0,00 €	8,13 €
juros e gastos similares suportados	6	-5 586,94 €	-2 793,41 €
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-30 488,73 €</b>	<b>50 007,36 €</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do Período</b>		<b>-30 488,73 €</b>	<b>50 007,36 €</b>

O Contabilista Certificado

Assinado por: Helena Maria Conceição Ginja

Num. de Identificação: 11912138

Data: 2023.03.26 15:14:14+01'00'

Certificado por: Ordem dos Contabilistas

Certificados. Atributos certificados: Membro da OCC nº 81238.



A Direção

Suzel Amalhos Santos  
Vanessa Alves Leal  
Josina Filipe Vello Cabral dos Santos  
Diogo Miguel Nogueira Dias  
Alda Maria Henriques Martins

**CERCAPER - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO, REABILITAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INCLUSÃO DE CASTANHEIRA DE PÉRA, CRL**

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES**  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	CRI	CACI	LAR	CAR	ELI	RA	CULTIVAR INC.	APART. PARTI.	OA	MADER'ART	POISE 280	POISE 073	POISE 566	CRL SERTÁ	CRL CB	INN FERIAS	DATAS	(EUR)
Vendas e Serviços Prestados	8	0,00 €	20 313,46 €	60 437,11 €	388,80 €	0,00 €	8 785,55 €	3 928,96 €	1 200,00 €	0,00 €	0,00 €	10,00 €	292,50 €	4 621,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	59 977,82 €	96 892,48 €
Subsídios, doações e legados à exploração	9	0,00 €	314 062,38 €	274 752,54 €	227 181,66 €	64 836,98 €	74 672,21 €	0,00 €	16 100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	971 605,77 €	931 187,89 €
ISS, IP - Centros Distritais	9	10 754,44 €	13 218,71 €	14 363,60 €	977,19 €	0,00 €	293,16 €	96 250,81 €	500,00 €	13 749,31 €	1 887,32 €	324 476,53 €	101 565,93 €	49 393,53 €	8 400,20 €	8 931,45 €	2 301,77 €	647 463,69 €	594 781,56 €
Outros	9	0,00 €	10 986,21 €	4 652,23 €	6 714,83 €	219,16 €	1 241,21 €	0,00 €	101,80 €	5 200,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28 148,44 €	33 655,13 €
Doações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Varição nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	0,00 €	-4 971,39 €	-5 705,98 €	-4 425,32 €	-225,80 €	-1 634,15 €	-713,11 €	-31,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 274,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-19 485,40 €	-24 089,28 €
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-6 905,02 €	-65 117,34 €	-85 230,56 €	-47 022,43 €	-7 869,82 €	-15 636,65 €	-1 586,62 €	-18 402,93 €	-6 122,06 €	-3 182,27 €	-96 777,35 €	-25 122,03 €	-22 218,95 €	-62,89 €	-114,22 €	-4 089,08 €	-385 631,14 €	-313 237,28 €
Gastos com o pessoal		-4 956,55 €	-269 347,98 €	-382 413,30 €	-250 179,02 €	-39 684,66 €	-67 812,29 €	-86 691,20 €	-14 868,45 €	-5 898,22 €	-9 939,59 €	-132 108,89 €	-57 845,23 €	-29 895,37 €	-1 885,93 €	-1 801,45 €	0,00 €	-1 238 428,12 €	-1 110 246,51 €
Ajustamento de inventários		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Imparidade de dívidas a receber		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Provisões		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Provisões específicas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Outras imparidades		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Aumentos/redução do justo valor	12.14	0,00 €	-126,17 €	-113,16 €	0,00 €	-30,78 €	-30,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-388,81 €	210,18 €
Outros rendimentos	12.12	0,00 €	16 481,02 €	13 584,22 €	7 470,56 €	789,13 €	4 274,28 €	55,48 €	1 494,00 €	18 712,61 €	651,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	63 482,30 €	71 904,27 €
Outros gastos	12.13	0,00 €	-6 456,84 €	-5 434,36 €	-2 690,53 €	-1 095,26 €	-1 112,05 €	-1 507,63 €	-73,05 €	-908,50 €	-70,50 €	-98 022,98 €	-19 375,59 €	-56,76 €	-284,05 €	-458,35 €	-0,95 €	-157 449,30 €	-166 669,68 €
<b>Jo antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-1 108,13 €</b>	<b>28 592,08 €</b>	<b>28 852,34 €</b>	<b>-61 675,40 €</b>	<b>16 939,15 €</b>	<b>3 050,69 €</b>	<b>9 756,78 €</b>	<b>-13 980,26 €</b>	<b>24 733,14 €</b>	<b>-10 654,04 €</b>	<b>-2 422,68 €</b>	<b>-584,42 €</b>	<b>-232,58 €</b>	<b>6 167,59 €</b>	<b>6 557,43 €</b>	<b>-1 788,26 €</b>	<b>32 202,21 €</b>	<b>112 485,93 €</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	5	0,00 €	-18 989,55 €	-13 805,22 €	-6 591,55 €	-2 117,02 €	-3 897,76 €	-10 260,08 €	-1 075,60 €	0,00 €	0,00 €	-147,22 €	-220,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-57 104,00 €	-59 896,29 €
<b>Resultados operacional (antes de gastos de financ. E impostos)</b>		<b>-1 108,13 €</b>	<b>9 602,53 €</b>	<b>15 047,12 €</b>	<b>-68 267,95 €</b>	<b>14 822,13 €</b>	<b>-87,07 €</b>	<b>-503,30 €</b>	<b>-15 055,86 €</b>	<b>24 733,14 €</b>	<b>-10 654,04 €</b>	<b>-2 569,90 €</b>	<b>-804,42 €</b>	<b>-332,58 €</b>	<b>6 167,59 €</b>	<b>6 557,43 €</b>	<b>-1 788,26 €</b>	<b>-24 901,79 €</b>	<b>52 794,64 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	6	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,13 €	6,13 €
Juros e gastos similares suportados	6	0,00 €	-1 785,90 €	-1 514,70 €	-1 244,17 €	-432,90 €	-432,70 €	-4,82 €	0,00 €	-9,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1461,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-5 886,94 €	-2 798,41 €
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-1 108,13 €</b>	<b>7 816,63 €</b>	<b>13 532,42 €</b>	<b>-69 512,12 €</b>	<b>14 389,23 €</b>	<b>-1 279,77 €</b>	<b>-508,12 €</b>	<b>-15 055,86 €</b>	<b>24 733,18 €</b>	<b>-10 654,04 €</b>	<b>-2 569,90 €</b>	<b>-804,42 €</b>	<b>-394,37 €</b>	<b>6 167,59 €</b>	<b>6 557,43 €</b>	<b>-1 788,26 €</b>	<b>-30 488,73 €</b>	<b>50 007,36 €</b>
Imposto sobre o rendimento do período																			
<b>Resultado líquido do Período</b>		<b>-1 108,13 €</b>	<b>7 816,63 €</b>	<b>13 532,42 €</b>	<b>-69 512,12 €</b>	<b>14 389,23 €</b>	<b>-1 279,77 €</b>	<b>-508,12 €</b>	<b>-15 055,86 €</b>	<b>24 733,18 €</b>	<b>-10 654,04 €</b>	<b>-2 569,90 €</b>	<b>-804,42 €</b>	<b>-394,37 €</b>	<b>6 167,59 €</b>	<b>6 557,43 €</b>	<b>-1 788,26 €</b>	<b>-30 488,73 €</b>	<b>50 007,36 €</b>

O Contabilista Certificado  
Assinado por: **Helena Maria Concelção Ginja**  
Num. de identificação: 11912138

Data: 2023.03.26 15:15:34+01'00'

Certificado por: Ordem dos Contabilistas  
Certificados.

Atributos certificados: Membro da OCC nº 81238.



**CHAVE MÓVEL**

*Aljeição*  
*Suzelina do Santos*  
*Antes de uma hora*  
*João Gil - 11 de Maio 2023*  
*Diogo F. Silva Nogueira 21/03/23*  
*Alda Helena Lopes Custódio*

**CERCICAPER - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO, REABILITAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INCLUSÃO DE  
CASTANHEIRA DE PÊRA, CRL**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(EUR)

RÚBRICAS	DATAS	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO</b>		
Recebimento de clientes e utentes	107 244,89 €	96 819,21 €
Recebimento de Subsídios	1 402 349,43 €	1 477 367,16 €
Pagamento de subsídios		
Pagamento de apoio		
Pagamento de bolsas		
Pagamento a fornecedores	-381 567,47 €	-312 793,57 €
Pagamento ao Pessoal	-1 299 427,42 €	-1 425 671,45 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-171 400,57 €</b>	<b>-164 278,65 €</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros Recebimentos/Pagamentos	131 990,72 €	40 402,32 €
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)</b>	<b>-39 409,85 €</b>	<b>-123 876,33 €</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES INVESTIMENTO</b>		
<b>Pagamentos Respeitantes a:</b>		
Activos Fixos Tangíveis	-121 957,24 €	-82 519,33 €
Activos Intangíveis		
Investimentos Financeiros	-3 134,17 €	-359,55 €
Outros Activos		
<b>Recebimentos Respeitantes a:</b>		
Activos Fixos Tangíveis		932,67 €
Activos Intangíveis		
Investimentos Financeiros	12,21 €	
Outros Activos		
Subsídios ao Investimento		
Juros e Rendimentos Similares		
Dividendos		
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)</b>	<b>-125 079,20 €</b>	<b>-81 946,21 €</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos Respeitantes a:</b>		
Financiamentos Obtidos	275 000,00 €	260 356,90 €
Realização de Fundos		
Cobertura de Prejuízos		
Doações		33 655,19 €
Outras Operações de Financiamento		
<b>Pagamentos Respeitantes a:</b>		
Financiamentos Obtidos	-100 191,66 €	
Juros e Gastos similares	-6 916,98 €	-2 793,41 €
Dividendos		
Redução de Fundos		
Outras Operações de Financiamento		
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)</b>	<b>167 891,36 €</b>	<b>291 218,68 €</b>
<b>Variações de Caixa e Seus Equivalentes (1+2+3)</b>	<b>3 402,31 €</b>	<b>85 396,14 €</b>
Efeitos das Diferenças de Câmbio		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do Período</b>	<b>105 631,68 €</b>	<b>20 235,54 €</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do Período</b>	<b>109 033,99 €</b>	<b>105 631,68 €</b>
	<b>3 402,31 €</b>	<b>85 396,14 €</b>

Assinado por: **Helena Maria Conceição Ginja**  
 Num. de Identificação: 11912138 O Contabilista Certificado  
 Data: 2023.03.26 15:35:24+01'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**  
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 81238.**

A Direção  
*Sigefina*  
*Ranessa Aires*  
*Joana*  
*Diogo Miguel Nogueira Dias*  
*Alda Maria Henriques Martins*

**CERCICAPER - COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO, REABILITAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INCLUSÃO DE CASTANHEIRA DE PÉRA, CRL**

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2022										
DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>	<b>1</b>	2 500,00			217 645,24	1 253 994,69	50 007,36	1 524 147,29		1 524 147,29
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis e respectivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	<b>2</b>				(21 478,38)	783 569,39	(50 007,36)	712 083,65		712 083,65
	<b>3</b>				(21 478,38)	783 569,39	(50 007,36)	712 083,65		712 083,65
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							(30 488,73)	(30 488,73)		(30 488,73)
	<b>4=1+2+3</b>	2 500,00			196 166,86	2 037 564,08	(30 488,73)	2 205 742,21		2 205 742,21

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

NOTA 1: OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	
RECONHECIMENTO DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	30 089,08 €
SUBSÍDIO PRR HABITAÇÃO COLABORATIVA	805 111,40 €
SUBSÍDIO EQUIPAMENTO AP PORTA 22	8 547,07 €
<b>TOTAL</b>	<b>783 569,39 €</b>

NOTA 2: RESULTADOS TRANSITADOS	
CORREÇÃO POISE 2018/2020	71 485,74 €
RESULTADO LÍQUIDO 2021	50 007,36 €
<b>TOTAL</b>	<b>21 478,38 €</b>

A DIREÇÃO  
 S.ª Helena M.ª Pereira Santos  
 Helena M.ª Pereira Santos  
 João Filipe Albuquerque Santos  
 Diogo Miguel Nogueira Dias  
 Alda Maria Albuquerque Martins

Assinado por: **Helena M.ª Pereira Santos**  
 Num. de identificação: 11912138  
 Data: 2023.03.26 15:12:14+01'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**  
**Certificados.**  
 Atributos certificados: Membro da OCC nº 81238.



# **CERCICAPER, CRL**

**ANEXO**

**2023**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis .....	12
6	Custos de Empréstimos Obtidos .....	14
7	Inventários .....	14
8	Rédito .....	14
9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	15
10	Benefícios dos empregados .....	15
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	16
12	Outras Informações .....	16
12.1	Investimentos Financeiros .....	16
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	16
12.3	Clientes e Utentes .....	17
12.4	Outros Ativos Correntes .....	17
12.5	Diferimentos .....	17
12.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	18
12.7	Fundos Patrimoniais .....	18
12.8	Fornecedores .....	18
12.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	19
12.10	Outros Passivos Correntes .....	19
12.11	Fornecimentos e serviços externos .....	20
12.12	Outros rendimentos .....	20
12.13	Outros gastos .....	20
12.15	Ganhos/ Gastos – Justo Valor .....	21
12.16	Acontecimentos após data de Balanço .....	21

508  
88  
Vigilância  
Alfartas  
Diogo DiAg

## 1 Identificação da Entidade

A "CERCICAPER, CRL" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "" com estatutos publicados no Diário da República n.º , Série II, com sede em Variante do Troviscal - Dordio.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF)
- Código de Contas (CC)
- NCRF-ESNL
- Normas Interpretativas (NI)

## 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### 3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

### 3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### 3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### 3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a

CSG  
AS  
Atkinson  
Diogo Dias

preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### 3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### 3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### 3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;

Sed  
V. Quil  
At. Martins  
Diogo Dias

- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

#### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

sed  
J  
Ulysses  
Atkinson  
Diogo Dias

  
  
  


As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	50
Edifícios e outras construções	6 a 8
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	5 a 6
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

soed  
Alberto  
88  
Alberto

Diogo Dias

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.5 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Soed  
Dordio  
J.S.  
Atletico  
Dordio Dordio

Sed  
ufab.  
JS  
Alkatras  
Digo DÍAF

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

### 3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

##### **Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	26 349,53					26 349,53
Edifícios e outras construções	1 555 562,99	17 527,80				1 573 090,79
Equipamento básico	191 573,75	35 585,59				227 159,34
Equipamento de transporte	184 420,64	14 655,98				199 076,62
Equipamento administrativo	33 258,48					33 258,48
Outros Ativos fixos tangíveis	71 975,89					86 725,84
<b>Total</b>	<b>2 063 141,28</b>	<b>82 519,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 145 660,60</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	429 456,01	32 757,07				462 213,08
Equipamento básico	180 514,92	10 088,21				190 603,13
Equipamento de transporte	165 579,51	13 719,64				179 299,15
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	30 691,11	1 364,53				32 055,64
Outros Ativos fixos tangíveis	66 636,41	1 766,84				68 403,25
<b>Total</b>	<b>872 877,96</b>	<b>59 696,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>932 574,25</b>

sed  
 B  
 V. 10/2023  
 Afectado  
 Digo 21/03

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	26 349,53					26 349,53
Edifícios e outras construções	1 573 090,79	13 987,68				1 587 078,47
Equipamento básico	227 159,34	21 086,79				248 246,13
Equipamento de transporte	199 076,62					199 076,62
Equipamento administrativo	33 258,48					33 258,48
Outros Ativos fixos tangíveis	86 725,84	1 255,65				87 981,49
<b>Total</b>	<b>2 145 660,60</b>	<b>36 330,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 181 990,72</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	462 213,08	34 932,69				497 145,77
Equipamento básico	190 603,13	6 599,56				197 202,69
Equipamento de transporte	179 299,15	12 351,77				191 650,92
Equipamento administrativo	32 055,64	752,28				32 807,92
Outros Ativos fixos tangíveis	68 403,25	2 467,70				70 870,95
<b>Total</b>	<b>932 574,25</b>	<b>57 104,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>989 678,25</b>

**Investimentos em Curso**

Descrição	2022	2021
<b>Investimento em Curso</b>		
Edifícios - Projectos de arquitetura		5 575,00 €
Lar Residencial e Residência Autónoma		14 495,00 €
Hotel inclusivo - Hostel	14 495,00 €	
Estúdio Prévio - Novo LAR	11 725,00 €	
EDIFÍCIOS BNAUT - PRR	117 000,00 €	
<b>Total</b>	<b>143 220,00 €</b>	<b>20 070,00 €</b>

## 6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022	2021
<b>Gastos de Financiamento</b>		
Juros e outros gastos	5 586,94 €	2 793,41 €
<b>Total</b>	<b>5 586,94 €</b>	<b>2 793,41 €</b>

## 7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

CUSTO DAS MERCADORIAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS - BENS ALIMENTARES	2022	2021
Existências Iniciais	11 173,67 €	14 554,04 €
Compras	19 360,72 €	20 930,75 €
Autoconsumos		
Regularização de Existências	-567,48 €	-227,87 €
Existências Finais - bens alimentares	10 481,51 €	11 173,67 €
<b>Custo do Exercício (Conta 61)</b>	<b>19 485,40 €</b>	<b>24 083,25 €</b>

## 8 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	8 550,10 €	3 089,13 €
Quotas de utilizadores	88 866,32 €	84 622,57 €
Quotas e joias	1 944,00 €	1 548,00 €
Serviços Secundários	617,10 €	7 722,78 €
<b>Total</b>	<b>99 977,52 €</b>	<b>96 982,48 €</b>

Suz  
V. J. B.  
J.  
All Martins  
Diogo D. A. T.

## 9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
<b>Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos</b>		
ISS Leiria - Acordos	971 605,77 €	852 079,42 €
ISS Leiria - Covid		2 318,45 €
ISS Leiria - Lay-off		6 661,01 €
ISS Leiria - Adaptar Social +		646,00 €
ISS - POISE	69 116,92 €	69 483,01 €
IEFP	124 289,25 €	135 416,61 €
Ministério da Educação - DGESTE	10 754,44 €	12 416,47 €
Instituto Nacional Reabilitação	3 780,25 €	5 748,12 €
Autarquias e Juntas de Freguesia	43 974,47 €	46 660,76 €
IAPMEI	2 408,00 €	802,75 €
<b>Subsídios de Outras Entidades</b>	393 140,62 €	393 736,85 €
<b>Doações</b>	28 145,44 €	33 655,19 €
<b>Total</b>	<b>1 647 215,16 €</b>	<b>1 559 624,64 €</b>

## 10 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de "63"

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
<b>Gastos com o Pessoal</b>		
Remunerações	937 155,39 €	801 482,98 €
Indemnizações		14 709,90 €
Encargos sobre remunerações	201 213,23 €	171 227,16 €
Seguros Acidentes de Trabalho	9 492,83 €	7 100,10 €
Outros Gastos com o Pessoal	2 721,68 €	5 536,88 €
Outras Remunerações/ Outro Pessoal	84 844,99 €	110 185,49 €
<b>Total</b>	<b>1 235 428,12 €</b>	<b>1 110 242,51 €</b>

## 11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2021 e 2022, foram de 2.952,00€ em 2021 e 1.476€ em 2022.

## 12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
<b>Investimentos Financeiros</b>		
Fundo de Compensação (FCT)	8 299,95 €	6 867,43 €
FUNDO REESTRUT. SECTOR SOLIDÁRIO	1 437,11 €	1 437,11 €
<b>Total</b>	<b>9 737,06 €</b>	<b>8 304,54 €</b>

### 12.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Quotas	3 192,00	3 012,00
<b>Total</b>	<b>3 192,00</b>	<b>3 012,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros	1 365,00	885,00
<b>Total</b>	<b>1 365,00</b>	<b>885,00</b>

Soed  
V. G. G.  
J. J.  
Albuquerque  
Dingo Dias

Sald  
 1/2/2023  
 B  
 Allocated  
 Day - Day

### 12.3 Clientes e Utentes

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes	7 138,68 €	6 202,60 €
Adiantamento de Fornecedores		181,09 €
Pessoal		617,89 €
Despesas de utentes		7 404,47 €
<b>Total</b>	<b>7 138,68 €</b>	<b>14 406,05 €</b>

### 12.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
<b>Outros Ativos Correntes</b>		
Fornecedores de investimento		0,10 €
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	1 200,00 €	561,00 €
POISE 3.01 - QUALF. PESS C/ DEF. INCAPACIDADE	990 320,08 €	1 222 244,95 €
PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL	90 482,36 €	15 565,18 €
CENTRO RECURSOS	67 784,27 €	50 866,55 €
IEFP - EP / MEDIDAS ATIVAS EMPREGO	92 335,88 €	93 252,08 €
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	8 326,15 €	8 277,47 €
SEGURANÇA SOCIAL - CDSS LEIRIA	321,72 €	4 271,53 €
CENTRO 2020 - FEDER	225 231,37 €	225 231,37 €
PRR - Habitação Colaborativa	805 111,40 €	
Outros Devedores	2 012,80 €	8 098,38 €
DGAL/CCDRC		12 418,75 €
C/ CORRENTE UTENTES - DESP.DIVERSAS	9 516,89 €	
<b>Total</b>	<b>2 292 642,92 €</b>	<b>1 640 787,36 €</b>

### 12.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Diferimentos - Gastos a reconhecer</b>		
Seguros a reconhecer	3 359,93	2 645,29
Outros gastos a reconhecer	5 600,64	309,60
IEFP		2 771,19
POISE - ERVAS DA VILA		24 743,20
FUNDAÇÃO ALTICE		3 000,00
<b>Total</b>	<b>8 960,57</b>	<b>33 469,28</b>

Descrição	2022	2021
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
IEFP	63 801,94	53 390,80
Ministério da Educação	8 326,15	8 277,47
CRL	71 572,25	57 176,56
Donativo - Processo Tribunal		7 500,00
POISE	732 562,58	563 712,19
<b>Total</b>	<b>876 262,92</b>	<b>690 057,02</b>

## 12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2022	2021
<b>CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS</b>		
Caixa	1 206,78 €	877,76 €
Depósitos à ordem	107 827,21 €	104 753,92 €
<b>Total</b>	<b>109 033,99 €</b>	<b>105 631,68 €</b>

## 12.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2 500,00			2 500,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	217 645,24	50 007,36	-71 485,74	196 166,86
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 253 994,69	783 569,39	0,00	2 037 564,08
Resultado Líquido	50 007,36		-80 496,09	-30 488,73
<b>Total</b>	<b>1 524 147,29</b>	<b>833 576,75</b>	<b>-151 981,83</b>	<b>2 205 742,21</b>

## 12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores	45 103,51 €	21 554,44 €
<b>Total</b>	<b>45 103,51 €</b>	<b>21 554,44 €</b>

332  
Alf. Ant.  
J. J. A. Martins  
Diogo Dias

## 12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>		
<b>Ativo</b>		
IVA A Recuperar	20 108,75 €	15 680,87 €
<b>Total</b>	<b>20 108,75 €</b>	<b>15 680,87 €</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	10 792,50 €	11 002,93 €
Segurança Social e Fundo Compensação	27 314,31 €	38 685,39 €
Iva a Pagar		15,28 €
<b>Total</b>	<b>38 106,81 €</b>	<b>49 703,60 €</b>

*Handwritten notes:*  
 5024  
 Wanh.  
 JB  
 #Kartim  
 Diogo DIAS

## 12.10 Outros Passivos Correntes

Descrição	2022	2021
<b>Outros Passivos Correntes</b>		
Dividas ao Pessoal	2 875,60 €	1 222,80 €
Fornecedores de investimento	13 395,15 €	
Férias e Subsídio de Férias	160 004,30 €	132 588,90 €
Outros Credores por acréscimo de gastos	5 085,48 €	2 569,64 €
Outros Credores - Sindicatos	27,67 €	19,98 €
Outros Credores - Penhoras	105,00 €	127,05 €
Processos Judiciais	18 453,62 €	18 453,62 €
Outros Credores	4 443,61 €	4 094,10 €
Despesas diversas utentes	49 662,78 €	34 055,61 €
Financiamentos Obtidos - Empréstimos bancários	375 000,00 €	250 000,00 €
Outros financiadores	1 194,54 €	336 142,75 €
<b>Total</b>	<b>630 247,75 €</b>	<b>779 274,45 €</b>

**12.11 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>		
Subcontratos	69 894,01 €	62 834,55 €
Serviços especializados	140 844,64 €	107 687,61 €
Materiais	16 715,16 €	15 519,06 €
Energia e fluidos	80 962,63 €	66 821,44 €
Deslocações, estadas e transportes	1 306,90 €	834,93 €
Serviços diversos	70 585,73 €	52 033,44 €
Encargos com utentes	5 322,07 €	9 506,22 €
<b>Total</b>	<b>385 631,14 €</b>	<b>315 237,25 €</b>

**12.12 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Outros Rendimentos</b>		
Rendimentos suplementares	16 205,56 €	10 619,88 €
Descontos Obtidos	9,86 €	0,90 €
Correções Exercício Anterior	558,39 €	474,24 €
Imputação Subsídios	30 089,08 €	39 403,35 €
Outros Rendimentos	16 629,41 €	21 405,90 €
<b>Total</b>	<b>63 492,30 €</b>	<b>71 904,27 €</b>

**12.13 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Outros Gastos</b>		
Impostos	1 553,56 €	702,89 €
Descontos concedidos	3,20 €	
Correções Exercício Anterior	848,20 €	1 369,24 €
Quotas	1 457,50 €	1 457,50 €
Outros Gastos	14 270,51 €	17 198,11 €
Apoios Concedidos aos utentes	119 416,33 €	145 941,89 €
<b>Total</b>	<b>137 549,30 €</b>	<b>166 669,63 €</b>

**12.15 Ganhos/ Gastos – Justo Valor**

Descrição	2022	2021
<b>Investimentos Financeiros</b>		
Fundo Compensação	-388,81 €	210,18 €
<b>Total</b>	<b>-388,81 €</b>	<b>210,18 €</b>

**12.16 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Castanheira de Pera, 22 de março de 2023

O Contabilista Certificado

Assinado por: **Helena Maria Conceição Ginja**  
 Num. de Identificação: 11912138  
 Data: 2023.03.26 15:09:31+01'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**  
 Atributos certificados: **Membro da OCC n° 81238.**



A Direcção

*Suzana Caldeira Santos*  
*Vanessa Lima Furtado*

*Joana F. L. P. Melo Cabal dos Santos*  
*Aida Maria Henriques Martins*  
*Diogo Miguel Nogueira Dias*

## **Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Cercicaper, CRL** que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de balanço de 3.3.796.828 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.205.742 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 30.489 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por resposta social a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Cercicaper, CRL** em 31 de dezembro de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## **Ênfase**

Conforme referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, no capítulo das “Perspetivas futuras”, o recente conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia ameaça afetar as economias ocidentais, nomeadamente, com a crescente instabilidade dos mercados financeiros e o acentuar da pressão na subida dos preços da energia e das mercadorias em geral (que já se tinha começado a sentir com a pandemia COVID-19), variação das taxas de juro, taxas de câmbio e flutuações dos mercados financeiros. Assim, a Entidade deverá aferir os potenciais impactos desta situação na sua atividade operacional e nas demonstrações financeiras futuras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA



termos da Norma Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- Comunicamos com a Gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 27 de março de 2023

José Oliveira & Sandra Simões SROC, Lda- SROC nº 332

Representada pela Dr<sup>a</sup> Sandra Maria de Almeida Simões ROC nº 1249

Rua Carlos Seixas, 134 – R7ch Esq. 3030-177 Coimbra

-Tel. 239 073353 – Tm.919 404 940 - Email: sssb225-1249@sapo.pt

Capital Social 5.000,00 euros - Número de Contribuinte e de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra 515 127 6663

Inscrição na OROC número 332 e na CMVM sob nº 20190010



detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela Gestão efetuadas de acordo com a Norma Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pela Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada nos

---

Rua Carlos Seixas, 134 – R7ch Esq. 3030-177 Coimbra

–Tel. 239 073353 – Tm.919 404 940 - Email: sssb225-1249@sapo.pt

Capital Social 5.000,00 euros - Número de Contribuinte e de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra 515 127 6663  
Inscrição na OROC número 332 e na CMVM sob nº 20190010